



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 14 DE JANEIRO DE 2016

**Presidente:** Exmo. Sr. Vasco Gonçalves Guíva

**Secretário:** Exmo. Sr. Aérton do Rosário Crisóstomo

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 14 horas e 35 minutos.

Procedeu-se à apreciação conjunta, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do OGE, analisando o orçamento do Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais, último da área social. Fizeram uso da palavra, a diverso título, o Sr. Ministro de

Emprego e dos Assuntos Sociais (Carlos Gomes), que respondeu às questões, e os Srs. Deputados Aérton Crisóstomo (MLSTP/PSD), Jorge Correia (PCD), Fernando Maquengo (MLSTP/PSD), Mário Fernando (ADI) e Maria das Neves (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente** (Vasco Guiva): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 14 horas e 35 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Managem**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Mário Fernando**

**José Carlos Cabral d'Alva**

**Ivo da Costa**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Aérton do Rosário** Crisóstomo

**Maria das Neves** Batista de Sousa

**Vasco** Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Jorge Dias Correia**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, estamos na fase da discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado na especialidade, em que os Ministros apresentam o seu orçamento ao nível sectorial, no sentido de os Deputados intervirem a respeito. Por isso, dou a palavra ao Sr. Ministro, no sentido de nos apresentar as principais linhas de acções do seu orçamento para este ano 2016.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais** (Carlos Gomes): — Sr. Presidente, meu colega Ministro, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Muito obrigado por esta oportunidade que me dão, para apresentar, em breve trecho, aquilo que o Ministério de Emprego e dos Assuntos Sociais tem para este ano 2016. Para este mesmo ano, agendamos um conjunto de actividades, no âmbito da nova dinâmica que queremos implementar na direcção do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, nomeadamente: promoção e dinamização de iniciativas empresariais geradoras de posto de trabalho; elaboração de estudos prospectivos sobre o mercado de trabalho; elaboração do estudo diagnóstico sobre a formação técnica profissional; elaboração do plano estratégico de emprego e formação profissional; construção de uma base de dados sobre o mercado de emprego; realização de inquéritos de emprego; operacionalização de serviços públicos de emprego e desenvolvimento de programas de capacitação e de estágios para os jovens. Para que não fosse alocada uma verba individualmente a cada uma dessas acções, juntámos todas elas em apenas uma rubrica. Se olharem para o orçamento, vão encontrar lá «criação de pólos de atendimento distritais e regionais», com um montante que vai responder a todas essas acções.

Em relação à área social, estou a referir-me a apoios aos sinistrados, vítimas de calamidades, enxurradas, incêndios, vendaval, cozinha social, o tal prato quente, e apoio a rede de protecção social, também fizemos o mesmo. Ao invés de elas estarem elencadas de forma individual, congregamos três acções, por exemplo, o prato quente, a rede de protecção social e apoios aos sinistrados, numa única rubrica chamada «protecção social».

Em relação ao projecto de apoio a integração social dos grupos mais carenciados, quando entramos em 2014 tínhamos encontrado uma dívida de 7 meses do pagamento às mães carenciadas e aos idosos. Com a verba programada para 2015, conseguimos eliminar aquela dívida e voltamos a programar, porque é uma acção que acontece todos os anos.

Temos programado a reabilitação, pintura e ampliação do edifício do Ministério, porque quando entramos no Ministério, parecia que passou lá uma guerra. Estava todo destruído. De fora dá para perceber minimamente aquilo que interiormente encontrámos. Conseguimos uma verba e fizemos a reabilitação em alguns sectores e há a necessidade de continuarmos essa reabilitação nos outros sectores. Por exemplo, no ano passado, a nossa fossa séptica e o consumidor arrebentaram e aquilo está um fedor. Então há necessidade de continuarmos essa reabilitação. Por isso é que está programado nesta rubrica a construção desta fossa séptica, o seu respectivo consumidor e a pintura externa do edifício que está localizado perto da primatura, e naquele estado está um pouco feio.

Em relação ao Centro de Formação Profissional, alocamos uma verba que nos vai permitir construir mais quatro salas de aulas. Como sabem, não podemos apostar no emprego sem apostar na formação

profissional, porque os jovens têm a necessidade de estar mais bem capacitados e preparados para o mundo do mercado e o Centro de Formação Profissional já está a ser insuficiente para a demanda que estamos a ter. Por isso é que programamos a construção dessas salas de aulas e é uma construção. Acho que é uma construção que deve acontecer todos os anos, até que tenhamos uma infra-estrutura que de facto responda às demandas dos jovens e dos interessados.

Em relação à rubrica «construção e reabilitação de casas sociais», este ano aumentamos um pouco a verba, em relação ao ano transacto, porque a demanda é cada vez maior. Todos nós estamos a assistir a inúmeros incêndios e há muitas pessoas em situações de calamidade, de necessidade e de vulnerabilidade, etc. etc. Tendo em conta as demandas que temos, programamos o montante que todos conhecem, para respondermos a essas necessidades.

No fundo, ao nível de introdução, é isso que tenho a dizer, aguardando as preocupações e questões dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro está disponível. Intervenções?  
Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, boa tarde.  
A minha preocupação tem a ver com a nova taxa de contribuição para a segurança social que se quer introduzir, sobretudo do lado do empregador. Sr. Ministro, do ponto de vista de emprego, este aumento da taxa não lhe preocupa, enquanto Ministro de Trabalho?

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Para este ano?

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sim, para o ano 2016. Foi suspensa?

O Sr. **Presidente**: — Por favor, Sr. Ministro tem palavra.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado, não sei de que aumento está a referir. Se estiver atento, quando entramos encontramos uma taxa de segurança social de 14 %, sendo 8% para o empregador e o 6% para o trabalhador. E como somos um Governo muito apostado no diálogo social e nos consensos, e conhecendo muito bem a realidade do nosso país, em parceria com a Câmara de Comércio e com o Sindicato dos Trabalhadores, ao invés de implementarmos aquela taxa de 14%, voltamos à taxa de 10% que já vinha, segundo a Lei 1/90. Não sei se eu percebi bem a sua pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, levantei esta questão, porque o mesmo Governo, responsável e apostado nas relações entre as partes, neste caso os trabalhadores, conforme refere, mandou uma equipa à Região Autónoma do Príncipe dar formação às pessoas, no sentido de prevenir os empregadores em relação à nova taxa que se iria aplicar. Estive presente nesse encontro. Se calhar o Sr. Ministro é que tinha enviado os técnicos da segurança social para irem fazer aquele trabalho, por isso é que levantei essa questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — O Sr. Deputado de facto tem a razão. É aquilo que eu disse. Quando entramos, tinha sido aprovado o Decreto-Lei n.º 25/2014, que prevê essa taxa de 14%. De facto queríamos fazer implementar essa taxa de contribuição, mas atentos à realidade e abertos ao diálogo social com os nossos parceiros, achamos que a altura não era própria para implementá-la. Mas vai chegar uma altura que vamos ter que implementá-la, quando a situação justificar.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Correia pediu a palavra?

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Não, não. Nem por isso, para não contradizer o que disse o Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado foi tocado. Mencionou-se aqui a Câmara de Comércio e o senhor gemeu.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente da 3.ª Comissão, eu aqui sou membro desta Comissão, Deputado, não Presidente da Câmara de Comércio. Temos um lugar próprio, onde poderei confirmar ou desmentir aquilo que o Sr. Ministro disse. Este lugar é no Conselho de Concertação Social.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu referi que foi mencionada a Câmara de Comércio e o senhor gemeu. Se aqui não está a Câmara de Comércio, restou-nos dúvidas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro e os seus colaboradores, muito boa tarde.

A minha intervenção vai no sentido de pedir ao Sr. Ministro, porque referiu cá a operacionalização do serviço público de emprego. Este serviço é uma direcção ou um departamento do seu Ministério, que existe já há algum tempo, e tem por atribuição fazer a gestão da política de emprego.

Ao mesmo tempo o Sr. Ministro mencionou uma série de acções ou projectos que também creio que algumas delas vão no sentido de fazer a gestão desta mesma política de emprego. Poderíamos até dizer que pode haver um conflito de interesse entre essas iniciativas, que podem concorrer para um mesmo objectivo, a gestão da política de emprego do Estado. Gostaria de entender como é que o Sr. Ministro pensa, com base no orçamento deste ano, fazer essa operacionalização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para mais esclarecimentos.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado Maquengo, não é em vão que colocamos aqui «operacionalização do serviço público de emprego» e a palavra «operacionalização» parece querer dizer algo. Existe de facto o serviço público de emprego, mas não funciona. Está desorganizado, desestruturado. Por isso é que queremos de facto fazer com que esse serviço funcione.

Aquando do debate na generalidade, um deputado perguntou ao Governo quantos empregos conseguimos criar no ano 2015 e a mesma pergunta foi feita àquele Deputado. Quantos empregos conseguiram criar no governo anterior? Nenhum soube dar a resposta. Porquê? Porque esse serviço não está a funcionar. Pela norma, todos os desempregados deviam estar inscritos no serviço público de emprego, quer os jovens em situação de informalidade, quer os que vêm de curso, quando terminam a formação superior. Isso não está a acontecer, porque não temos esse hábito, mas queremos que isso aconteça. E depois, os empregadores estão a recrutar mãos-de-obra sem que tenhamos conhecimento. Porquê? Não há organização. Ao invés de termos um mercado de trabalho definido, onde poderemos saber de facto quantos empregados temos e quantos estamos a conseguir, o que temos é mercados de trabalho. Enquanto houver mercados de trabalho, a Função Pública recruta mão-de-obra, outros empregadores recrutam mãos-de-obra e ficamos sem o controlo.

Se tivéssemos um serviço público de emprego operacional, teríamos o registo de desempregados no País, quando os empregadores necessitassem da mão-de-obra solicitariam a esse serviço público e punham à disposição. Eles seleccionavam e depois nos comunicavam quem foi ou não seleccionado, para podermos ter o controlo. Por isso é que, se estiver a recordar, outra a acção que temos para ser realizada é a criação de uma base de dados sobre o mercado de emprego, de forma a definirmos de uma vez por todas, no País, o mercado de trabalho e acabarmos com mercados de trabalho e com toda essa informalidade e desorganização que existe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, eu só volto à carga para efectivamente esclarecer uma questão. Como disse e muito bem, vai operacionalizar o serviço público de emprego. Pelas informações que tenho, o serviço público de emprego já existe há muito tempo. É verdade que pode não estar a funcionar, anos após anos, por causa das mudanças que vão acontecendo na nossa Administração Pública, até mesmo a perda de alguns quadros que possam ter alguma experiência.

Relativamente à questão do emprego, existe a Direcção de Trabalho, que põe visto nos contractos de trabalho, desde que sejam oficializados junto àquele direcção. Portanto, esse serviço no fundo é uma espécie de barómetro que funciona como um painel, onde encontramos informações sobre a procura e a oferta de emprego. No fundo, isto é que falta, e esse painel já existiu. Como eu disse, houve depois a sua degradação. Um painel onde podemos chegar e dizer que os empregadores precisam de quadros com tais, tais perfis, X número; existem quadros formados e com capacidade em determinadas áreas, X número. Então, faz-se um cruzamento. Isto é que é serviço público de emprego. Agora, a informação sobre as pessoas empregadas existe, tem que existir. Porquê? A Direcção Geral de Trabalho, não sei como é que se chama agora, tem que pôr visto em todos os contractos de trabalho, sobretudo os de foro privado. Porque qualquer empresário, comerciante ou quem for que queira recrutar o pessoal são-tomense, e não só, terá que lavrar devidamente um contrato e enviar uma cópia à Direcção de Trabalho e envia outra cópia, se calhar à Segurança Social, para esse efeito. Embora o Ministério não tenha todo o arsenal ou todo número completo, poderá dar à Assembleia uma visão ou amostra daquilo que foi o número de contractos firmados ainda em vigor, porque às vezes entra em vigor e depois a relação jurídica rompe-se. Com base nisso, a Direcção de Trabalho pode nos dizer que este ano puseram visto em X contractos, muito embora os contractos não dizem imediatamente que as pessoas estejam necessariamente a trabalhar.

É um pouco com base nisso que perguntei como é que o Sr. Ministro iria operacionalizar esse serviço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para mais esclarecimento.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado, eu quero concordar consigo que de facto o Serviço Público de Emprego já existe de algum tempo há esta parte. Só que é um serviço que, devido às conjunturas que também mencionou, não tem funcionado. Se estivesse a funcionar, os empregadores estariam todos a respeitar esse serviço e ele estaria mais próximo dos empregadores. O que queremos é passar a mensagem de que o serviço público de emprego que queremos operacionalizar é de extrema importância na relação desempregado, empregador e Governo. Por isso é que iremos fazer todos os possíveis para que de facto esse serviço comece a funcionar este ano.

De facto a Direcção de Trabalho, Emprego e Formação Profissional coloca visto nos contractos. Isto é verdade, mas o quê que está a acontecer? Muitas empresas, por questão de hábito, porque o serviço ou a própria direcção não funciona, não levam os contratos para a Direcção de Trabalho Homologar. Não tendo essa homologação, não conseguimos saber quantas pessoas foram empregadas de facto. Uma outra empresa remete os contractos à Direcção de Trabalho, mas muitas outras não. Então, iremos fazer os possíveis para que os empregadores percebam isso.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — E a Inspeção de Trabalho?

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Na Inspeção de Trabalho, estamos a apostar também na formação e capacitação. Fizemos isso em 2015, porque é outro sector que também precisa ser operacionalizado, a ver se em 2016 a Inspeção de Trabalho faz a sua parte, o empregador a sua, o trabalhador, bem como a própria Direcção de Trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há mais intervenções?  
Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, vou fazer-lhe mais uma pergunta, não quero que o senhor se enerve. Esteja tranquilo, porque, enquanto Deputados, estamos cá para nos informar e somos representantes do povo. Em relação à primeira pergunta que coloquei, percebi que o Sr. Ministro não foi nada simpático, em termos de resposta, até porque eu estava a falar de algo que vivi.

Bom, durante o debate sobre o Estado da Nação, o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui e ao País, que há empresas que devem muito dinheiro à Segurança Social. A minha questão é a seguinte: quanto é que o Estado, neste momento, deve à Segurança Social?

Relativamente à informatização da Segurança Social, há informações, e por isso é que eu gostaria que Vossa Excelência me esclarecesse aqui, que o Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais tem-se servido da verba do fundo de pensão para pagar o contrato que tem com a NOSI. Isto é verdade ou é mentira?

Na mesma sequência, também tem usado o mesmo fundo de contribuição dos trabalhadores para pagar subsídios de viagens e bilhetes de passagem. É verdade ou mentira?

Essas são as minhas preocupações e gostaria que Vossa Excelência me esclarecesse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado Aérton, talvez me conheça muito mal, porque não sou pessoa para aborrecer por qualquer motivo, ainda mais por essas questões.

De facto existe uma dívida de empregadores para com a Segurança Social e existe uma outra do Estado para com a Segurança Social. E é bom aproveitar esta oportunidade para explicar como é que surge a dívida do Estado para com a Segurança Social, para não pensarem que o Estado ou o Governo andou a ir buscar lá o dinheiro e por isso há dívida. É bom e ainda bem que levantou essa questão, para podermos esclarecer isso.

A dívida do Estado para com a Segurança Social acontece quando se faz o cálculo de pensões. Para aqueles que andaram a descontar para a Segurança Social, quando não atingem a pensão mínima, o Estado entra com a diferença. Isso é que se chama dívida do Estado para com a Segurança Social. Para que essas pessoas não fiquem fora do sistema, o Estado entra com um montante para cobrir. Até este momento, para o seu conhecimento, ronda cerca de 40 mil milhões de dobras, mas o Estado tem honrado com os seus compromissos todos os anos na amortização desta dívida. Primeira questão.

A segunda questão é sobre a informatização da Segurança Social. É bom dizer que a informatização não iniciou com este Governo, mas sim com o outro. Só estamos a dar continuidade. No outro governo, esse contrato que agora celebramos com a NOSI já tinha ido ao Conselho de Ministros e o montante que viemos a assinar já tinha o aval daquele governo, 430.000 euros. Esse montante sai da própria Segurança Social, porque é um serviço de extrema importância. Se vocês poderem investigar um pouco como é que

está a nossa Segurança Social, vão ver que, se não tivermos mãos firmes, brevemente poderá acabar. Vocês vão encontrar uma série de desordens e desorganizações, é urgente tomarmos medidas, e até já iniciamos. A informatização é uma dessa reforma que vai alterar as coisas, vai permitir tornar o processo mais célere, eficaz e eficiente, mais transparente e mais atractivo. Você vai encontrar...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro!

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tratamento desigual. O Sr. Ministro está a tratar o Sr. Deputado por «você». Seria bom que usasse o termo correcto, por favor.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Obrigado Sr. Presidente pelo alerta. Esta é a segunda vez que cá venho. Por isso, ainda não tenho experiência.

**Uma voz**: — Quarta.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Não, segunda. Nos outros governos não vim.

Estava a dizer às Sras. Deputadas e Srs. Deputados que essa informatização vai trazer benefícios enormes. As Sras. e os Srs. Deputados não sabem, mas provavelmente poderá estar na lista de pensionistas que estão agora a auferir de uma pensão, pensionista que nunca foram descontados para a Segurança Social. Porquê? Porque alguns amigos e amigas andaram a introduzir. Quando entramos em 2014, descobrimos que o computador onde se fazia o registo dos beneficiários não tinha palavra passe. Qualquer um poderia lá chegar e introduzir os dados. Alguns funcionários foram contactados por amigos e familiares para introduzirem os seus nomes. E os nomes foram introduzidos. Essa informatização vai pôr um travão a isto. Porque vamos ver quem tem ou não direito. Agora estamos a fazer o recenseamento de raiz e ali é que vamos ver quem é quem. Se descobirmos os mentores de todas essas situações, certamente que medidas serão tomadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo.

O Sr. **Aérton Crisóstomo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, o que me preocupa não é a informatização da Segurança Social, mas sim a forma como está a ser usado o dinheiro da contribuição dos trabalhadores. O dinheiro dos contribuintes não é para fazer o pagamento da informatização do sistema. É para quando chegarem à idade de reforma, terem direito a uma pensão. O que se pode fazer com o dinheiro da Segurança Social, Sr. Ministro, é a aplicação financeira ou em instrumentos financeiros de curto prazo, acautelando os riscos.

Eu não concordo, mas é minha opinião, que governo algum use o fundo de segurança social para fazer pagamentos e outros expedientes, que não seja exclusivamente acautelar a pensão e reformas dos pensionistas. É apenas isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Emprego e dos Assuntos Sociais.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado, acho que é preciso entrar mais no fundo da situação para percebermos alguns aspectos, porque a Segurança Social tem autonomia administrativa, patrimonial e financeira. É com este dinheiro da contribuição que se paga salários aos funcionários. É com esse dinheiro que, no orçamento da própria Segurança Social, se faz os investimentos. É com esse dinheiro que se aplica nos bancos para render mais dinheiro. Agora, estou sim de acordo consigo que é preciso cautela. Por isso é que existe o chamado estudo actuarial, que já há 10 anos não foi feito. Este Governo está a fazê-lo, para nos indicar onde é que estamos. Se estamos no sinal amarelo, vermelho ou verde, para podermos ter o controlo das coisas. Esse estudo que brevemente irá terminar vai nos indicar se estamos ou não a correr riscos. Por outro lado, quero dizer ao Sr. Deputado que qualquer decisão que é tomada no Instituto de Segurança Social passa pelo seu conselho de administração, que é tripartido. É o Governo, a Câmara de Comércio e os Trabalhadores. Então, eles analisam as propostas e tomam uma decisão, depois remete-se ao Conselho de Ministros para tomar conhecimento e decidir. Então, acho que esta medida de assinatura de contratos entre a Segurança Social e a NOSI não vai pôr em risco os fundos da Segurança Social, porque todas as medidas foram acauteladas. Pelo contrário, vai melhorar significativamente a instituição daqui para diante.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu vou voltar à questão que o Sr. Ministro acabou de explicar e peço desculpa para esclarecer devidamente esse assunto.

Primeiro, que fique bem claro que os fundos da Segurança Social não são fundos públicos. Ou seja, o dinheiro da Segurança Social é nosso dinheiro, nós, os trabalhadores, os contribuintes. Do nosso trabalho, contribuimos com 4% e o nosso patrão entra com 6% totalizando os 10%. Esse dinheiro é nosso e, por isso, há uma conta corrente para cada beneficiário que está inscrito na Segurança Social. Estou perfeitamente de acordo com o Deputado Aérton, porque conheço a casa e o Sr. Ministro deve muito bem saber, e porque também sou jurista. Sobre esta questão, o Governo falhou. Os fundos de Segurança Social só servem para fazer aplicações financeiras, em melhoria do funcionamento da instituição, e das pensões. E mesmo as despesas de Administração, não podem exceder, segundo as regras internacionais definidas pela OIT, um determinado montante, creio que cerca de 28%. Ora, quando aqui peremptoriamente o Sr. Ministro afirma que 430.000 euros foram retirados, para fazer esse investimento, pese embora, não estarmos contra o facto de ser informatizado, pelo contrário, temos que entrar na onda da modernidade, mas só que o financiamento dessa operação não deveria sair dos fundos da Segurança Social. Deveria sim sair do fundo do Estado, até porque o Estado tem dívidas para com a Segurança Social. O problema está aí.

Por isso, volto a dizer que os fundos desta instituição não são públicos. Quando o Governo decide sobre eles, seja por via do Conselho de Administração, é um erro crasso. Haverá professores versados sobre a Segurança Social ao nível internacional que poderão confirmar essa afirmação que estou a fazer cá hoje. E o Sr. Ministro disse mais. Disse que este Governo está a fazer um estudo actuarial. Muito bem. São estudos bastantes técnicos, para ver qual é a sustentabilidade do sistema. Ou seja, saber se as reservas que temos agora permitem pelo menos pagar a minha pensão, por exemplo. Rondo os 40 e poucos anos, quase 50 e aos 60 e poucos anos precisarei de uma pensão. Quer dizer, dentro de mais 10 ou 15 anos, poderei beneficiar de pensão. O estudo actuarial vai nos permitir saber a média demográfica, o crescimento da população, o fundo existente, como é que ele será aplicado e se dentro de 10 anos terei direito a pensão. O Governo não pode, à partida, antes de termos o estudo, retirar 430.000 euros e dizer que está garantido. É um erro, Sr. Ministro.

Não gosto de ouvir coisas que ferem os ouvidos. Por isso é que digo e repito que os 430.000 euros são fundos dos beneficiários. É de salário de cada um de nós, não é fundo para ser gerido para fazer outras aplicações, se não em benefício estrito das pensões, número um, e uma franjinha para o funcionamento do seu próprio órgão, ou seja, para pagar uma resma de papéis, eventualmente tinteiros e o salário do pessoal. E essas despesas não podem exceder um determinado montante fixado pela OIT. Caso queiram, podem confirmar o que digo junto a esta organização internacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, parece que o Sr. Deputado Fernando Maquengo entra em contradição com aquilo que diz.

Eu tive o cuidado de dizer aqui que este contrato entre o NOSI e a Segurança Social de São Tomé e Príncipe não foi iniciativa deste Governo. Apenas por questões de continuidade de Estado e analisando a importância que essa acção tem e os benefícios que trará para o instituto e todos os seus beneficiários, deu-se a continuidade, mas esse contrato e o montante de 430.000 euros foram aprovados no governo que o senhor fez parte.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Mas quem pagou?

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Não, calma. Estava decidido que o instituto iria pagar. Teve o aval do governo anterior para pagar o montante de 430.000 euros. Por isso é que eu digo que o senhor está a entrar em contradição nesta parte. Por outro lado, o senhor próprio disse aqui que o fundo de Segurança Social é para pagar os pensionistas, e o investimento que estamos a fazer é para isso. É a melhoraria do serviço. Com a informatização da Segurança Social, o Sr. Deputado quando for para a reforma não terá essa burocracia que está a ter hoje. Eu tenho recebido pessoas que meteram os documentos para receberem as suas pensões, mas quando vão solicitar, o documento não existe. Perdeu, não há isso, não há aquilo. Ainda ontem, na audiência, porque todas as Quartas-feiras de manhã é o dia de audiências, recebi três pessoas que colocaram questões só sobre a Segurança Social. Fizeram os descontos e não estão a receber. Porquê? Porque, os papéis estão a perder. Com essa informatização, o processo será mais célere, mais rápido e transparente.

Os Srs. Deputados, a partir das vossas casas ou de onde estiverem, poderão saber da sua situação em relação à Segurança Social. Quando entrarem na reforma, através do telemóvel, porque vamos colocar neles os aplicativos, os Srs. Deputados ou qualquer pensionista poderão saber se os descontos estão ou não a ser feitos. Poderão ter o acesso ao cálculo das pensões para saberem quanto é que vão auferir, e uma série de serviços estarão à disposição dos beneficiários da instituição. Estamos a fazer esses investimentos que estão a sair do fundo da mesma e tem como finalidade a melhoria dos serviços da própria instituição, de forma a darmos mais dignidade aos próprios utentes, que hoje não estão a ter.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros Colegas Deputados e Deputadas.

O Sr. Ministro disse há pouco que a Segurança Social tem autonomia financeira. Sei que não vem de hoje, vem de antigos governos, e tem sido prática a concessão de empréstimos, através de fundos de Segurança Social aos próprios trabalhadores. Como é que o Sr. Ministro tem estado a conviver com esta situação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado, os fundos aos próprios trabalhadores é uma prerrogativa da própria disposição da Segurança Social. Há uma disposição legal que diz que isso é possível e foi aprovado no conselho de administração, e se está a aplicar. Não vejo qualquer inconveniência aqui, não é nada ilegal. Está numa disposição legal que isso é possível e está-se a aplicar. É como fazem em outras instituições autónomas.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Ok.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, relativamente ao fundo, eu não estou a responder para o Governo. Só queria dizer que esses fundos são comparticipados pelos trabalhadores. É a informação que tenho. Ou seja, os trabalhadores têm que fazer uma retenção dos seus próprios salários para constituírem um fundo e depois lhes é atribuído um empréstimo. Portanto, não se está a referir ao mesmo fundo a que fizemos referência no caso de informatização. A coisa é totalmente diferente. Por exemplo, 10% do meu salário vai engrossar o fundo. E deste 10% do universo constitui um fundo e esse fundo serve ao trabalhador, em caso de doença ou de uma necessidade.

Agora, o fundo da segurança social que aqui fiz referência, 4% e 6%, que dá 10%, não são fundos públicos. Por isso, ninguém pode dispor deles, nem para os investimentos para o próprio sistema...

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Mas foi o seu governo que permitiu.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Permitiu o quê? Como é que o Sr. Deputado pode afirmar isso? Permitiu quando? Não. Isso não corresponde à verdade. Agora, um contrato...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Deputados! Não vamos entrar em contradições.

**Uma Voz**: — Diz o contraditório.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Um contrato elaborado tem que definir quem vai financiar. O Sr. Ministro disse cá que no contrato está lá posto, que a Segurança Social é que tem que financiar esse investimento, porque estamos a falar de investimento. Qualquer instituição, mesmo a Assembleia Nacional, precisa de investimento para se informatizar, como disse e muito bem o Sr. Ministro, para facilitar a vida do cidadão. Precisamos de investimento e a informatização é uma forma moderna de investimento. Agora, como financiar esse investimento? O que estou a dizer é que esse financiamento não pode e nem deve sair do fundo da segurança dos trabalhadores. Pode sair do Governo, da cooperação internacional. Não sei se sabem, fui director da Segurança Social e nós é que iniciámos esse processo de informatização. Na altura, quem iniciou e financiou esse processo foi a OIT. Pronto, houve falhas e foi-se corrigindo até chegar a esse contrato. Agora, a forma de financiamento do contrato não pode ser suportada pelo fundo de Segurança Social. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, primeiro gostaria de saudar o Sr. Ministro e o seu colaborador.

Sr. Ministro, ainda na sequência da questão das pensões, já se falava em tempos da possibilidade de se alargar o número de contribuintes, fazendo com que esse processo fosse também extensivo ao sector informal. Nesse sector, vemos que há pessoas que dedicam toda a sua vida a trabalhar e, porque também não fazem uma contribuição à Segurança Social, quando atingem a idade de reforma, não têm onde buscar. Muitas vezes é o Estado que tem que se responsabilizar por todo esse processo. Há casos até de pessoas que fazem grandes poupanças em casa e nem recorrem ao sistema bancário. O Estado não consegue trazer nada dessa parte do sector informal, primeiro porque é um sector que ainda não está organizado. Por isso, gostaria de saber se o Governo tenciona alargar o número de contribuinte, de forma a abranger esse sector.



A segunda questão, Sr. Ministro, registei com muito agrado o que disse aqui, que vão realizar um inquérito sobre o emprego e o desemprego. Gostaria de encorajar e exortar o Governo para que isso seja feito, porque estamos num país em que todos imaginamos e cada um inventa a taxa de desemprego que existe e não temos os dados reais. Para nós é muito feio. Muitas vezes, mesmo nos organismos internacionais, vemos vários documentos e cada um tem uma taxa de emprego e desemprego diferente. Há muita contradição nos dados. Porquê? Porque de facto não temos uma base real, não temos um inquérito que nos possa elucidar e dizer qual é de facto a taxa de emprego e de desemprego que existe no País. Por isso, gostaria de exortar ao Governo que fizesse isso, porque será útil para o País e para todos nós.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sra. Deputada, obrigado pelo seu encorajamento em relação à acção que iremos realizar sobre o inquérito, para de facto sabermos a questão de emprego e de desemprego no País. Devo referir que este inquérito não seguirá o modelo do Instituto de Estatística, mas sim, o modelo da OIT. Para de facto termos dados mais fiáveis.

Em relação à questão de alargamento de contribuintes e introdução de outros regimes na Segurança Social, isso está previsto. Se olharmos para a estatística da Segurança Social, vamos encontrar que o maior número de contribuinte é da função pública, com 17%, e o sector privado apenas 8%. Não é em vão que tivemos a coragem de criar o Gabinete de Inspecção e de Fiscalização da Segurança Social, com o objectivo de fazer a cobrança coerciva e fazer com que aqueles que estejam fora entrem para o sistema. Porque a contribuição para a Segurança Social é obrigatória. E muitos estão fora do sistema. Então, este gabinete irá fazer esse trabalho. Aqueles que já estão e devem, terão de pagar. Aqueles que não estão e deviam estar, devem entrar para o sistema, por um lado.

Por outro lado, como o Governo está preocupado com a questão da protecção social no País, a pobreza está cada vez mais preocupante e há muita gente fora da Segurança Social, porque a protecção social não contributiva não aguenta muito, logo a solução seria a Segurança Social, no ano passado, numa entrevista que dei a um programa da TVS, referi isso. Que iríamos introduzir o regime independente, na Segurança, pela primeira vez, porque até agora só temos um regime que é por conta de outrem. Iremos introduzir o regime independente, para que todos aqueles que trabalham por conta própria como taxistas, vianteiros, carpinteiros, *palaiês*, pescadores, agricultores, motoqueiros, dentre outros, possam inscrever-se na Segurança Social e fazerem os seus descontos, para precaverem a sua vida futura. Ao invés de quando atingirem a idade adulta serem mendigos e estarem de mãos estendidas, o Estado está a precaver isso, começar a criar as condições para que as pessoas se sintam protegidas no futuro. Essa inscrição na Segurança Social, é bom que se diga isso, quer para o regime por conta de outrem quer por conta própria, tem benefícios, quer no activo quer no passivo. Aqueles que descontam para a Segurança Social, ficando doentes, podem recorrer aos subsídios de doença. Se falecerem, podem recorrer ao subsídio de caixão.

**Vozes**: — Mas quem? Os Familiares?

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sim. Os familiares recorrem ao subsídio de caixão.

Agora, com a nova Lei, além de caixão, é atribuído um subsídio para o nojo. Depois, se a pessoa no activo estiver a trabalhar e por infelicidade tornar-se inválida, terá direito a uma pensão de invalidez que estará a lhe proteger. A pessoa que está a trabalhar, se falecer, deixar menor ou família, tem direito à pensão de sobrevivência. Portanto, há uma série de vantagens que a Segurança Social tem e é preciso que os cidadãos conheçam isso e comecem a aproximar-se da Segurança Social. É claro que os serviços ainda não estão muito atractivos, mas estamos a criar as condições para que de facto ela seja atractiva e dê confiança aos utentes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, uma última questão que tem a ver com a formação profissional. Nós também ouvimos falar da formação profissional ao nível do Sector da Educação, com o Centro de Formação Profissional Brasil/São Tomé e Príncipe, mas a formação profissional *estricto sensu* sempre esteve ligado ao Sector de Trabalho, como o Centro de Formação Profissional de Budo Budo, Centro de Água Izé, mesmo no Príncipe há um pequeno pólo. Mas a minha pergunta vem na esteira daquilo que ouvimos a pouco do Sr. Ministro da Juventude e dos Desportos, referente a uma selecção de 100 jovens para beneficiarem de um programa de microcrédito. Essa estatística sobre o número de formados, pelo menos, do Centro de Formação Profissional, deve existir, porque é uma estrutura organizada, têm um serviço contínuo, tenho visto lá directores e subdirectores e não há essa perda de memória que existe na Administração Pública, infelizmente. Já existem muitos são-tomenses que beneficiaram dessas formações. Alguns até puderam desenvolver uma iniciativa qualquer, porque o próprio centro de formação dava um kit e algum apoio para terem as suas próprias iniciativas, e outros não.

Tendo ouvido o que disse o Sr. Ministro da Juventude que já houve uma selecção de 100 jovens para beneficiarem de microcrédito, na perspectiva do empreendedorismo juvenil, qual é a interligação que o seu Ministério faz com essa política, tendo em conta que o Centro Profissional de Budo Budo já existe há mais de 10 anos, se a memória não me falha, e já formou muita gente, com formações técnicas bastante boas e úteis para o País. Isso perde-se no terreno, porque as pessoas não encontram formas nem financiamento para pôr em prática os seus conhecimentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para fecharmos.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, de facto o Centro de Formação Profissional tem uma vertente «apoio à criação do próprio emprego», que é dado normalmente a 18 jovens que se inscrevem. Depois de um tempo de formação em teorias de gestão e empreendedorismo, porque no ano passado introduzimos a cadeira Empreendedorismo no Centro de Formação Profissional, no final da formação, de acordo a apresentação de um projecto de viabilidade económica e social, é dado um kit. Não é dado dinheiro, mas um montante em espécie, ferramentas para as pessoas poderem iniciar as suas actividades. Essa actividade não tem nada a ver com a iniciativa que o Ministério da Juventude está a levar a cabo. Apenas entre o Ministério da Juventude, o Centro e o Ministério do Emprego foi assinado um contrato. Já que temos experiência nessa área de formação em empreendedorismo, então estaremos a dar o nosso contributo, dando formação e capacitando a esses jovens, para que eles tenham ferramentas teóricas, para depois poderem aplicar, na prática, quando receberem o montante.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo (MLSTP/PSD)**: — Desculpe, Sr. Ministro, sabe porquê que levantei a questão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, utilize o microfone.

O Sr. **Fernando Maquengo (MLSTP/PSD)**: — Pois, eu coloquei a questão, porque quando o Sr. Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais fez a apresentação inicial das acções do seu Ministério, focou na questão de emprego para os jovens, ou algo parecido. Antes do Sr. Ministro, tinha passado cá o Sr. Ministro da Juventude, que falou-nos do empreendedorismo jovem e que já teria 100 deles em vista para formar, no Centro de Formação de Budo Budo, que está sobre a tutela do Ministério de Emprego. Depois da formação, lhe será atribuído um crédito para que os próprios tenham iniciativa empresarial. E porque o Sr. Ministro de Emprego também nos falou de emprego para jovens, a minha pergunta é qual é a ligação que ambos os Ministérios podem fazer, tendo em conta que o Governo e o País são um e os jovens também.

A pergunta é mais ou menos essa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a para o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, como o Sr. Ministro da Juventude e Desporto teve a oportunidade de dizer, a questão da juventude é transversal e passa por todos os ministérios, mas aqui não há sobreposições. Em nenhum momento falei de emprego. Falei sim de desenvolvimento de programas de capacitação e de estágios para jovens. Não tem nada a ver com o empreendedorismo, porque o que temos vindo a acompanhar é que muitos jovens são formados e depois não têm como se inserir no mercado de trabalho. Então, estamos a pensar, através dessa actividade, encontrar estágios para que esses jovens se sintam ocupados até encontrarem um emprego. Portanto, são coisas diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se o Sr. Ministro quer fazer o remate final.  
Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Emprego e dos Assuntos Sociais**: — Obrigado Sr. Presidente.

Quero dizer às Sras. e os Srs. Deputados que estou muito satisfeito com a colaboração e contribuição que deram ao Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais.

Em relação ao ano passado, este ano já pude notar alguma evolução e melhoria na colocação das questões e na transmissão de algumas ideias. Isso é muito bom para o nosso Parlamento.

Gostaria de desejar a todos uma boa tarde e que trabalheemos muito, porque só com o trabalho poderemos desenvolver este país.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro pela sua disponibilidade.

Sras. e Srs. Deputados, terminamos assim os trabalhos para o dia de hoje. Continuaremos amanhã, com a área económica: Ministério da Economia e Cooperação Internacional, Ministério das Infra-estruturas, Agricultura, Assembleia Nacional, Finanças e Administração Pública.

Está terminada a reunião.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*